

Sarney vai propor as suas leis

Presidente diz pelo rádio que pretende atuar na Constituinte

"Governarei até 15 de março de 1990". Com esta afirmação o presidente José Sarney abriu o programa semanal "Conversa ao pé do rádio", no qual disse que acata e respeita a decisão da Constituinte de fixar em cinco anos o tempo de seu mandato.

Anunciou, porém, que, como uma Constituição, "por melhor e mais bem feita que possa ser, não é um fim em si mesmo" ou "um instrumento pronto e completo, apto a resolver os problemas nacionais", ele também participará, no momento devido, da prerrogativa constitucional da iniciativa das leis complementares e ordinárias "que tornarão a Constituição exequível, pelo caminho normal das decisões legislativas".

O Presidente afirma que além do ordenamento constitucional do País, ele terá também que realizar eleições presidenciais em 1989, "num clima de paz, de democracia restaurada, e entregar ao meu sucessor um País sem os dramáticos momentos que nós todos vivemos". Referiu-se ainda ao problema econômico nacional, lembrando que outra tarefa sua será a de reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional, mantendo o crescimento para evitar a recessão e combater a inflação.

"Precisamos construir uma democracia capaz de resistir a crises e permanecer a salvo de golpes e de intervenções extremistas", alerta o Presidente da República em seu programa radiofônico.

JULIO ALCANTARA



Depois de visitar Jessé Freire Filho, Sarney ganha beijos das crianças que moram na 111 Sul

Anistia é a nova batalha

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney não quer que a anistia já aprovada no texto do Centrão para as Disposições Transitórias sofra qualquer modificação que represente alteração profunda nos termos concedidos. Segundo o Presidente, a anistia foi dada nos limites que o País suporta e não comporta mais qualquer mudança.

Ele fez esta revelação, ontem, durante o encontro que teve com os líderes partidários e os ministros mais chegados, quando agradeceu o esforço feito para a aprovação, na véspera, do mandato de cinco anos. Depois o Presidente conclamou seu grupo à nova batalha, a da anistia, achando possível contar com apoio para que o texto do Centrão seja mantido.

Os líderes lembraram que, como já foi aprovado o substitutivo do Centrão, ressalvados os destaques, qualquer mudança dependerá de 280 votos positivos do outro grupo político e esse número nem sempre tem sido conquistado com facilidade pelas oposições. A anistia representa uma preocupação para os deputados José Lourenço e Carlos Sant'Anna, que cuidam do bloco governista na Constituinte, mas estão certos de que dificilmente um grande número de seus aliados concorde em mudar o texto da anistia.

Ontem, após encontros com segmentos militares, o deputado Ricardo Fluzza se dizia preocupado com a questão da anistia. Esse assunto vinha sendo debatido pelos vice-líderes do Governo paralelamente ao tema mandato, encerrado ontem. Eles examinaram alternativas, consubstanciadas em três opções, todas envolvendo fusão de emendas que deixariam a critério do Congresso Nacional, através de lei específica, cuidar dos perto de 2.500 militares que não se beneficiaram da anistia. A intenção dos governistas não é ampliar o texto do

Centrão, mas sim derrubar todas as emendas capazes de sugerir a reintegração ou o pagamento de atrasados. Aliás, segundo o senador Nelson Wedekin, que pela liderança do PMDB coordena este assunto, ninguém na oposição deseja ir além da concessão da anistia política, nem que beneficiar criminoso. Ele defende a tese de que o beneficiado receba as promoções mais deixadas a reintegração a cargo do ministério específico e admite que o efeito financeiro da medida só vigore após a promulgação da nova Constituição.

NÚMEROS EM ANÁLISE

O líder do PFL, deputado José Lourenço, revelou ontem que durante o encontro com o presidente José Sarney os estrategistas políticos receberam dele um agradecimento formal pelo esforço para aprovar os cinco anos de mandato. Depois, analisaram os números da votação, onde o deputado fez questão de acentuar que, 100 dos integrantes da sua bancada, do permanente apoio ao Governo.

No PFL, 109 constituintes optaram pelos cinco anos, contra 20 (13,38%) que votaram nos quatro. Mesmo no PMDB o Governo registrou 164 votos pelos cinco anos, contra 106 pelos quatro anos. No Senado, onde o plenário é francamente oposicionista, foram 34 constituintes para 36 quatorzistas. Esses números acabaram levando o líder Marcos Gadelma a fazer um prognóstico ao presidente José Sarney sobre a possibilidade de reverter este quadro dentro de pouco tempo.

Os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna estão seguros de que conseguirão formar o bloco de maioria do Governo dentro do Legislativo a partir dos 328 que votaram com os cinco anos. Eles acham que mesmo os faltosos são importantes, na medida em que, chamados, sempre comparecerão às votações importantes.

Reforma vem, mas não será ampla, diz ACM

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, admitiu ontem que o presidente José Sarney vai trocar alguns ministros, mas negou que seja feita uma reforma ministerial ampla, como vem sendo comentado no meio político, para poder acomodar as forças que deram a vitória do mandato de cinco anos. O ministro negou, entretanto, que esse assunto tenha sido tratado na reunião realizada no Palácio da Alvorada, para fazer um balanço dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e montar a estratégia para aprovar o texto do Centrão sobre a anistia para os militares cassados pelo golpe militar de 1964. Da mesma forma, o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que o Presidente nem tem mencionado o assunto.

Antônio Carlos tentou explicar que mudança de ministro é diferente de reforma ministerial. "Reforma é uma coisa mais ampla. Mudança de ministro pode ocorrer a qualquer momen-

to, de acordo com a conveniência do presidente da República, principalmente, e até mesmo do próprio ministro", afirmou Antônio Carlos Magalhães, para justificar a sua colocação. Ele disse também que não chegou a tratar do assunto com o presidente Sarney.

A reforma ministerial é cantada nos quatro cantos do País, devido à posição assumida por algumas correntes que embora tenham deixado de apoiar o Governo ainda estão representadas na equipe ministerial. Pode-se citar o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que apesar de ter se divorciado há muito tempo do Governo, ainda continua com seus protegidos ocupando cargos importantes. Mas, a maior cotação de queda vai para os ministros da Previdência e Assistência Social, Renato Archer, e da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, ambos ligados ao deputado Ulysses Guimarães. Estes são os primeiros da lista da reforma.

Ministro vai ignorar CPI

"O dossiê existe". Foi o que garantiu ontem o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao afirmar que não vai atender à determinação da CPI da Corrupção do Senado Federal, que lhe deu um prazo de 48 horas para apresentar o documento contra os senadores que a integram e investiga denúncias de irregularidades contra o governo do presidente José Sarney.

Eu não recebo prazo — afirmou o ministro Antônio Carlos Magalhães, ao garantir que só quem pode determinar prazo é a Justiça,

ou mesmo a CPI, mas somente se convocá-lo. Ele disse que se for chamado para depor vai cumprir o prazo rigorosamente fora dessa condição estaria desrespeitando a lei.

O ministro se recusou a entregar o dossiê, cujo o prazo terminou nesta quarta-feira, porque foi o Jurista Raimundo Faoro quem instruiu os senadores a solicitarem o documento. Ao contrário da vez anterior, Antônio Carlos Magalhães não prometeu divulgar o documento pela imprensa.

Sarney visita deputado doente e agradece voto

O presidente José Sarney foi ontem agradecer pessoalmente o deputado Jessé Freire Filho (PFL/RN), que, contrariando ordens médicas, compareceu ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte para votar pelo mandato de cinco anos. O parlamentar disse que foi muito desconfortável deixar o hospital no Rio de Janeiro mas observou "que a vitória foi boa, me deixou tão feliz que já estou me sentindo melhor agora". Sarney também foi à casa do deputado Raimundo Vieira da Silva (PDS/MA), que também está doente, mas foi no plenário garantir o resultado.

A decisão do presidente Sarney causou grande rubor no Bloco I, da SQS 111. O comboio presidencial formado por quatro carros brancos chegou de surpresa ao local, justa-

mente no momento que terminava a aula da Escola Classe da quadra. O impacto só não foi maior porque os moradores já estão acostumados com a família do Presidente — lá reside o deputado Sarney Filho, que pediu licença da Constituinte para ser secretário de Governo do Estado do Maranhão, porque vinha votando contra as diretrizes do Centrão.

Sarney foi sensado. Dezenas de crianças fizeram uma verdadeira festa, quando o Presidente saiu do elevador. Os pais seguiram os mesmos passos de seus filhos. Sarney cumprimentou as crianças, e já estava dentro do carro quando os seus dois netos apareceram debaixo do bloco. Ele mandou o carro parar, desceu e beijou Marcos e Gabriel, que nasceram no ano passado. Ele voltou para o comboio, e retornou ao

Palácio da Alvorada. O comboio, como não utilizava batentes, foi fechado duas vezes. Sarney sentiu na pele o dia-a-dia do eixo rodoviário sul, onde muitas vidas são tiradas.

A surpresa foi grande. Raphael Monteiro Viana, 11 anos, quando o comboio chegou, perguntou se tinha morrido alguém, diante do movimento. Foi ele, apesar de não morar no bloco que revelou a residência do deputado. Gislaine Almeida Montenegro, 11 anos, e Sílvia Renate Pinheiro Lopes, também de 11 anos, levaram um susto, ao notarem dentro do veículo uma metralhadora e um revólver. Sílvia revelou que na sexta-feira, da semana passada, mandou 5 cadernos, 4 lápis, 2 canetas, uma borracha e uma caixa de lápis de cor para os alunos da escola.

Agora é hora de trabalho, diz Santillo

Da Sucursal

GoIânia — Para o governador de Goiás, Henrique Santillo, com a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, a hora "terá de ser de muito trabalho. Precisaremos estar trabalhando com afinco rumo à superação dos graves problemas brasileiros". Já se perdeu muito tempo na discussão em torno do mandato presidencial, diz o governador, em tom de crítica. Lembra ainda que questões da máxima importância não mereceram o devido cuidado e discussão enquanto se polemizou entre as propostas de quatro e cinco anos para o atual Presidente.

Fim de uma polêmica, o Presidente terá condições de deslanchar no plano administrativo com maior tranquilidade e é isso que Santillo espera de Sarney a partir de agora. Assina que não existem maiores impedimentos a que o dirigente da Nação obtenha respaldo e estabilidade política para o enfrentamento da crise econômica, implementando as ações preconizadas no Programa de Emergência.

Outra consequência prevista pelo governador de Goiás, após a aprovação dos cinco anos, é a que se refere à articulação política em torno da sustentação do Governo Federal. Como se trata de um Governo de transição democrática, Sarney deverá governar sustentado por uma base política alicerçada num patamar suprapartidário. Há vários meses Henrique Santillo defende a adoção de um Governo de coalizão nacional para possibilitar a superação, a curto e médio prazos, da crise econômica e a condução tranqüila do processo de transição, a culminar com a eleição direta de presidente da República. Uma das razões por ele alegadas em defesa dos cinco anos é a de que o futuro presidente terá, naturalmente, uma sólida maioria no Legislativo, garantia indispensável para quem estará, seguramente, comprometendo-se com o País pelas mudanças que os brasileiros anseiam.

Entende que qualquer candidato que se elegeisse presidente este ano, caso os quatro anos para Sarney tivessem sido aprovados, não conseguiria o apoio da maioria do atual Congresso, que ainda teria mais dois anos de mandato pela frente. Mesmo que à força do fisiologismo se buscasse esse apoio, ele só funcionaria momentaneamente. Santillo garante que nenhuma maioria artificialmente construída, com base em interesses fisiológicos, resistiria à efetivas mudanças sem se diluir ao primeiro impacto.

Pinheiro faz Carnaval dos 5

Pinheiro (MA) — Foguetório à noite toda, desfile de carros pelas ruas centrais, concentração popular na praça José Sarney e muitos balões mandados para o alto "carregando os maus flujos". Foi dessa maneira que a cidade de Pinheiros, a 101 quilômetros de São Luís, terra natal do presidente Sarney, festejou a vitória dos cinco anos de mandato. "Foi uma manifestação espontânea que se formou a partir do momento em que a televisão mostrou o resultado da votação pela

Constituinte", contou um funcionário da prefeitura municipal.

A Rádio Verdes Campos, única da cidade de Pinheiros, retratou a notícia da televisão "ao vivo" para o restante do município e à região da baixada ocidental. A diretora da emissora, Yolanda Oliveira, disse que há muito tempo a terra do Presidente não recebia uma notícia tão boa como a aprovação dos cinco anos de mandato. "Sarney é muito querido aqui e por isso um fato de tamanha importância para

seu governo não poderia passar despercebido pela população", acrescentou ela.

O prefeito Pedro Lobato não foi encontrado na cidade, mas o deputado Jorge Pavão (PFL), um dos representantes da baixada, fez um pronunciamento ontem na Assembleia Legislativa para dizer que a decisão da Constituinte foi equilibrada e coerente. "Caso contrário, seria uma discriminação inaceitável contra o presidente José Sarney, além de ser paradoxal".

Definição do mandato estimula empresários

Rio — Com a confirmação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney foram criadas condições para que o Governo Federal passe a se dedicar a efetiva retomada do desenvolvimento econômico, permitindo o retorno dos investimentos. Esta foi a reação do presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos, a principal votação de sexta-feira última na Assembleia Nacional Constituinte, e que espelhou o otimismo demonstrado por todas as lideranças empresariais ouvidas no Rio.



Oliveira Santos

Oliveira Santos espera que, agora, possa ser realmente alcançada uma queda drástica nas taxas de inflação, admitindo um desdobramento da política econômica traçada antes da definição do mandato presidencial. "Agora o Executivo está liberado das pressões políticas e pode trabalhar com mais tranquilidade. Isto, por fim, deve permitir a retomada dos investimentos, que estão praticamente paralisados há dois anos", acentua.

Outro otimista é o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee), Antônio Carrera, presidente do sindicato do setor no Estado do Rio. "A esperança é que depois dessa definição o Brasil volte a caminhar", explica, para acrescentar que os empresários Fluminenses, reunidos no momento que terminava a aula da Escola Classe da quadra.

ber], Theophilus de Azeredo Santos. Ele também assinala o menor grau de pressão política sobre o Governo Federal, com a definição do mandato de Sarney. Para o empresário, "O governo já conta hoje com uma votação que lhe assegura o poder de trabalhar no sentido de reduzir a inflação e, ainda, de resgatar a dívida social. Existe, hoje, mais respaldo para isso", frisou.

Azeredo Santos entende que o principal desdobramento de política econômica, agora, é garantir o acordo com o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores, "garantindo o fluxo financeiro para o País". E acrescentou que "precisamos modernizar nossa indústria, produzir mais e a preços menores, para conseguir uma redução das taxas de inflação, no que serão importantes os recursos externos. E o caminho natural". Já para o presidente da Sondotécnica, Jaime Rotschtein, o momento de pós-definição do mandato presidencial e de cobrir da Nova República "medidas econômicas indispensáveis a recuperação da nação" o que ele considera "uma grande tarefa para os empresários". Entretanto, ele enfatiza que a Constituinte, mesmo necessária, "representou uma brutal perturbação, ainda não encerrada, pois ainda falta a votação das disposições transitórias".

Geraldo Melo acha que se falou demais

Natal — O governador Geraldo Melo não alterou sua rotina para acompanhar a votação do mandato do presidente Sarney pela Assembleia Nacional Constituinte. Despachou normalmente durante toda a tarde, permanecendo em seu gabinete até as 21 horas. Foi informado do resultado da votação pelo seu assessor de Comunicação Social, Albimar Furtado.

Ao saber do resultado, Geraldo Melo afirmou: "Acho que é o fim de um debate que se prolongou demais

para se chegar a uma conclusão óbvia desde o início, pois não teria sentido a mesma Constituição que fixou o mandato de Presidente da República em cinco anos, discriminar um deles, no caso, o presidente José Sarney".

Defensor do mandato de cinco anos desde o início da discussão em torno do assunto, Geraldo Melo não quis fazer previsões sobre a possibilidade ou não de grandes mudanças políticas ou institucionais.



Santillo